

FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL: Desafios e Possibilidades

Larissa Cavalcanti de Albuquerque¹
Edineide Jezine Mesquita de Araújo²

RESUMO

O construto teórico tem como finalidade analisar o processo de formação continuada dos assistentes sociais que exercem sua atividade laborativa em escolas na política de educação no município de João Pessoa-PB. O debate destaca a relevância da formação do profissional, entendendo-a como ferramenta no aprimoramento da profissão do assistente social. Trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso, empreendida a partir de dados coletados em fontes documentais, como o plano de cargos e carreira dos profissionais do magistério; bibliográficas e por meio de questionário com roteiro estruturado e observação, com o seu tratamento sendo feito à luz da análise de conteúdo e de conjuntura. As categorias teóricas trabalhadas são: assistente social escolar e formação permanente, tendo como principais resultados: a formação sem aprofundamento apresentada pela prefeitura e a procura de cursos por conta própria dos profissionais.

Palavras-chave: Formação permanente; assistente social escolar; serviço social e educação.

TRAINING OF THE SOCIAL SERVICE PROFESSIONAL: CHALLENGES AND POSSIBILITIES

ABSTRACT

The theoretical construct aims to analyze the process of continuing education of social workers who work in schools in education policy in the city of João Pessoa-PB. The debate highlights the relevance of professional training, understanding it as a tool in improving the social worker profession. This is a qualitative case study, based on data collected from documentary sources, such as the job and career plan of teaching professionals; bibliographic and through interview with structured script and observation, being treated in the light of content and conjuncture analysis. The theoretical categories worked are: school social worker and permanent training; having as main results: the training without deepening presented by the city hall and the demand for courses on the professionals' own account.

Keywords: Permanent formation; school social worker; social work and education.

Recebido em: 31/8/2020

Aceito em: 6/4/2022

¹ Autora correspondente: Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Campus I – Cidade Universitária, João Pessoa/PB, Brasil. CEP 58051-900. <http://lattes.cnpq.br/7167318693091247>. <https://orcid.org/0000-0001-8439-3195>. laalbuquerque13@hotmail.com

² Universidade Federal da Paraíba (UFPB). João Pessoa/PB, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/1294753264777570>. <http://orcid.org/0000-0001-8439-3195>.

INTRODUÇÃO

O assistente social, em sua formação inicial, tem acesso ao saber sistematizado que contempla o estudo de diversas políticas públicas, como: saúde, previdência/assistência social, habitação e educação. Em constante processo de desenvolvimento, de vir a ser, esse estudante precisa estar atento às mudanças que ocorrem na realidade. No tocante ao exercício na política educacional, vale considerar as demandas da escola, das famílias, dos educandos, dos professores e da própria profissão, a fim de atender e ofertar possibilidades de enfrentamento às expressões da questão social.

No âmbito escolar, o assistente social depara-se com demandas de combate à evasão escolar, infrequência, trabalho infantil, *bullying*, preconceito, negligência familiar, entre outros, que apresentam novas configurações na atualidade e interferem no processo de formação do profissional, que não se encerra na formação inicial, ou seja, não se esgota no término da Graduação. A escola dos anos 90 do século 20 não é a mesma dos anos 2000, tendo em vista que a sociedade está em constante movimento, os costumes se modificaram, as famílias não se resumem em apenas pai, mãe e filhos; novas leis permeiam o universo escolar, a exemplo a Lei Nº 10.639 de 2003, que prevê o ensino da história e da cultura afro-brasileira; a Lei Nº 13.185 de 2015, que institui o programa de combate ao *bullying* e, mais recente, a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), que entre as competências gerais cita “colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva”, objetivo comum das profissões que compõem o fazer educativo e que devem ser acompanhadas pelos profissionais que se encontram na escola, aqui particularmente pelo assistente social escolar.³ É nesse sentido que o texto busca questionar: Qual a concepção destes profissionais acerca da formação de que participam? Quais os desafios que se apresentam para a profissão no seio escolar? Como o assistente social tem buscado atualizar-se para além da formação permanente ofertada pela prefeitura?

A condução da pesquisa inicia-se com a produção acadêmica do tema formação e constata-se a ampliação dos estudos sobre a formação de professores, todavia devemos considerar que novos profissionais fazem parte do universo escolar e estão auxiliando no ensino-aprendizagem dos educandos. Neste contexto, as reflexões e análises deste artigo buscam problematizar o processo de planejamento da formação do especialista assistente social, expressar os desafios e as possibilidades de aprimoramento intelectual, como também o aperfeiçoamento da prática multidisciplinar.

Nesta perspectiva o objetivo do texto situa-se no campo do pensar sobre o fazer, planejar e replanejar a ação formativa em uma perspectiva dialética a partir da visão dos sujeitos que são partícipes do processo, assim o pensar e fazer “[...] envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer [...]” (FREIRE, 2016, p. 39). Nesse sentido, na busca de compreender a percepção avaliativa dos assistentes sociais sobre a formação, o caminho metodológico escolhido para a pesquisa foi a aborda-

³ A importância da pesquisa justifica-se a partir da condição de assistente social no campo da educação desde o ano de 2015, em que se observou as lacunas da formação ofertada pela prefeitura de João Pessoa.

gem qualitativa, uma vez que envolve estudar o significado da vida dos sujeitos a partir da realidade em que estão inseridos (YIN, 2016).

A pesquisa foi realizada no município de João Pessoa-PB e tem como sujeitos os assistentes sociais que atuam na rede de educação. Para a fase de produção de dados, utilizamos a pesquisa documental, tendo como documento de análise o Plano de Cargos e Carreira dos Profissionais de Educação; a observação realizada nos encontros promovidos pela rede, formação continuada e nos eventos promovidos pelo grupo de trabalho sobre educação pelo Conselho Regional de Serviço Social (CRESS/PB), e o questionário com roteiro estruturado com cinco perguntas, disponível no *site Google docs*, respondida por seis sujeitos que são a amostra da pesquisa.

Para melhor entendimento da temática, elencamos categorias teóricas para o estudo, como formação permanente e assistente social na escola, das quais os fundamentos se pautam nos estudos dos autores Paulo Freire (2016) no que diz respeito à formação permanente que se fundamenta na prática de analisar a prática, para que se perceba a teoria que ilumina o dia a dia dos profissionais; e assistente social na escola a partir dos estudos de Ferriz e Silva (2018), que apontam a atuação desse profissional, em equipe multidisciplinar, e busca garantir o acesso e a permanência dos educandos na escola.

O artigo encontra-se dividido nessa introdução, logo em seguida apresentamos o caminho metodológico, discutimos sobre a formação permanente, resultados e análises, considerações finais e referências.

O CAMINHO METODOLÓGICO PARA REFLETIR SOBRE A FORMAÇÃO E O FAZER DO ASSISTENTE SOCIAL

No contexto da sociedade dinâmica, das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), o acesso às informações e transformações ocorre a um clique, a diversidade de conteúdos culturais, econômicos, sociais, educacionais, impõe aos assistentes sociais e demais profissionais que se encontram na escola o desafio de acompanhar as mudanças do mundo globalizado, traduzidas em conhecimentos que se referem aos “[...] conteúdos formalizados, objetivados, que não podem, por definição, pertencer às pessoas...” (GORZ, 2003, p 16). O conhecimento, portanto, *não é algo estático, mas algo vivo que é feito* por meio de experiências e de práticas, que resultam em novos saberes.

A perspectiva dialética orienta este trabalho, ao se compreender a realidade como dinâmica e em constante movimento, conforme o pensamento de Gamboa (2007), o processo educacional é dialético, preceitua sujeitos ativos e críticos em busca de modificar a realidade em os sujeitos encontram-se inseridos. Neste sentido, o processo formativo em que estamos envolvidos possui múltiplas dimensões, encontra-se em constante movimento.

O processo de investigação científica iniciou-se com a revisão da literatura acerca das temáticas de formação em Serviço Social na área de educação. De acordo com Yin (2016), a revisão literatura é algo relevante para identificarmos as lacunas e contribuirmos para o processo de construção de saberes.

Nestes termos, no tocante à produção acadêmica e as pesquisas sobre a formação de professores, destacam-se os estudos de André *et al.* (1999), intitulado “*O Estado da Arte da Formação de Professores no Brasil*”⁴ e a recente pesquisa de Raimundo e Fagundes (2018) denominada de “*Estado da arte sobre a formação de professores entre 2001 e 2016: um olhar sobre a produção brasileira a partir do Portal de periódicos Capes/MEC*”,⁵ em que os autores destacam o vertiginoso crescimento da produção bem como o aumento do número de pesquisadores na área de educação.

Com base nos dados dispostos nessa Plataforma é possível verificar saltos quantitativos muito significativos, como o número de pesquisadores, que, no primeiro censo de 2012, na área da Educação, era de 4.518 e avançou para 26.011 em 2016. O número dos grupos de pesquisa, que em 2002 era de 899, passou para 3.595 em 2016. O Estado com maior número de pesquisadores, englobando todas as áreas, é São Paulo, que em 2002 tinha 16.789 e em 2016 passou para 45.204; nessa mesma categoria o Estado com menor número de pesquisadores em 2002 era o Amapá, com 37, e em 2016 era o Estado de Roraima, com 775. O número de produções em artigos completos de circulação nacional, na grande área das Ciências Humanas, que em 2002 era de 12.701, passou, em 2016, para 72.210. Ainda na grande área das Ciências Humanas, os artigos completos de circulação internacional, que em 2012 eram de 2.250, passaram para 18.293 (RAIMUNDO; FAGUNDES, 2018, p. 894).

No contexto do crescimento da produção acadêmica a temática formação de professores ganha destaque em suas diversas interfaces e subcategorias, tais como: Trabalho Docente, Identidade e Profissão Docente, Formação Continuada, Políticas e Propostas de Formação de Professores e Concepções de Docência e Formação de Professores, sem, contudo dar evidência ao espaço escolar, *lócus* da atuação docente. Novos profissionais fazem parte do universo escolar e são relevantes para o trabalho com a comunidade escolar, como: o psicólogo, o psicopedagogo e o assistente social. Este último, tendo a função de mediador entre o campo da singularidade e da totalidade, no exercício das conexões que promovem a viabilização dos direitos a sujeitos e à realidade que o cerca, em termos local e global.

O profissional de Serviço Social possui formação generalista e atua em várias políticas públicas: saúde, previdência, assistência social, habitação, como também na área de educação. Ao pesquisarmos a sobre a categoria formação e serviço social na educação, não encontramos trabalhos ligados à área de educação e sim trabalhos apontando a necessidade do processo formativo como algo contínuo, assim como preconiza o Código de Ética do Assistente Social (BRASIL, 2011), os trabalhos encontrados na área da educação dizem respeito à atuação do serviço social na educação, evasão escolar, a prática profissional do serviço social na educação. Destacamos o trabalho de Piana

⁴ As autoras analisam as dissertações e teses defendidas nos programas de Pós-Graduação em educação do país, de 1990 a 1996, dos artigos publicados em dez periódicos da área, no período 90-97, e das pesquisas apresentadas no Grupo de Trabalho Formação de Professores da Anped, no período de 92 a 98. Dos 284 trabalhos sobre formação do professor, produzidos de 90 a 96, um total de 216 (76%) tratam do tema da formação inicial, 42 (14,8%) abordam o tema da formação continuada e 26 (9,2%) focalizam o tema da identidade e profissionalização docente.

⁵ O trabalho se desenvolveu por meio de pesquisas no Portal de periódicos da Capes/MEC, elegendo artigos de uma temática mais específica dentro da área da educação, apresentando a investigação sobre a formação de professores ou formação docente, entendida como similares.

(2009), que constrói o perfil do assistente social na educação e o de Silva (2012), que destaca as práticas do serviço social na educação.

Conforme Gatti (2008), as pressões do mundo contemporâneo requerem novos conhecimentos. A formação continuada, de acordo com seu pensamento, funciona sobre duas vertentes: atualização do profissional ao mesmo tempo em que se estabelece como um suprimento das lacunas da formação inicial.

No serviço social existe uma discussão a respeito da relação teoria e prática, e a máxima “de que na prática a teoria é outra”, enfatizando, nesse discurso, a dificuldade que muitos profissionais têm de exercer uma atividade que abranja os processos sociais como totalidades. Autoras como Cláudia Santos, Sheila Backx e Yolanda Guerra (2012) aprofundam mais essa temática tratando da dimensão técnico-operativa do serviço social. Cabe ao assistente social fazer mediações entre o campo da singularidade e o da totalidade, estabelecendo conexões que promovam a viabilização de direitos para os sujeitos envolvidos na sua prática.

Como *locus* de investigação científica, escolhemos João Pessoa-PB por ser o local onde exercemos a nossa prática profissional e por se tratar de um município que possui um número representativo de 91 assistentes sociais, profissionais inseridos em escolas do município. A rede escolar do município encontra-se dividida em 14 regiões, constituindo um total de 101 instituições. De acordo com Ferriz e Silva (2018), João Pessoa-PB é um dos poucos municípios do Brasil que contam com um número tão expressivo de assistentes sociais trabalhando na educação, o que sem dúvida fortalece o direito do acesso e da permanência na escola de crianças e adolescentes, filhos da classe trabalhadora.

Conforme dados do Tribunal de Contas do Estado (Sagres/PB), a partir de março de 2019 a prefeitura de João Pessoa conta em seu quadro com 91 assistentes sociais com vínculo estatutário, destacando-se que 89 são do sexo feminino e 2 do sexo masculino. Exercendo a função na educação pelo vínculo de excepcional interesse público, temos: 15 profissionais, dos quais 14 são mulheres e apenas um homem. Logo, podemos afirmar que o serviço social na educação do município tem bastante representatividade, posto que temos um total de 106 profissionais atuando nesta política pública. Outro dado significativo diz respeito ao fato de a maioria dos assistentes sociais terem seu vínculo com estabilidade, o que sem dúvida é uma grande conquista para a categoria, além de garantir a continuidade dos serviços prestados à população, independentemente da mudança de governo.

Rachel Raichelis (2011), em seu artigo “*O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente à violação de direitos*”, analisa que as contrarreformas neoliberais têm trazido mudanças para o campo profissional, como a precarização dos vínculos, a terceirização, a descartabilidade do profissional e a perda de direitos. Assim sendo, diante desse contexto neoliberal, ter um grande contingente de profissionais com vínculo estatutário significa o fortalecimento das identidades individual e coletiva da categoria.

A pesquisa documental foi realizada em outubro de 2018, com a finalidade de identificarmos elementos que nos auxiliem a analisar a formação dos profissionais do magistério municipal, particularmente a dos assistentes sociais.

A Lei municipal nº 60 de 2010 de João Pessoa-PB dispõe sobre o plano de cargos, carreira e remuneração dos profissionais da educação. Para além dos profissionais que estão na docência, a lei contempla profissionais considerados de suporte pedagógico, como: administração escolar, planejamento, supervisão, orientação, serviço social e psicologia. A carga horária para estes profissionais corresponde a 30 horas semanais, destacando-se que em 2018 o salário inicial da categoria era de R\$ 2.353,03, e cabe salientar que 30% desse valor corresponde à gratificação por estar em atividade.

No que diz respeito à formação garantida para estes profissionais destaca-se ao artigo 5º da supracitada lei que trata da valorização dos profissionais, tendo em vista o aperfeiçoamento continuado, com licenciamento remunerado, numa concepção que assegure à práxis pedagógica. O licenciamento para a participação em cursos de Mestrado ou Doutorado pode ocorrer entre 1 ano e 2 anos, mas o profissional que necessitar se afastar perde 30% do salário, uma vez que esse valor se refere a uma gratificação que requer pleno exercício.

O artigo 17 assegura a progressão na carreira dos profissionais da educação, que pode ocorrer de forma horizontal de 3 em 3 anos, sujeito à avaliação de comissão de acompanhamento de servidores, com aumento de 3% no vencimento; já a progressão vertical se dá com a apresentação de diploma reconhecido pelo Ministério da Educação em nível de Especialização, Mestrado ou Doutorado que estejam dentro da área educacional.

Com o objetivo de investigar a formação dos profissionais assistentes sociais no campo da educação do município de João Pessoa, foi realizado um questionário com roteiro estruturado, com questões sobre o tempo de serviço, vínculo com a rede de prestação de serviço ou efetivo e outras três questões que apresentaremos no decorrer do texto.

Yin (2016) afirma que as entrevistas qualitativas têm o intuito de fazer o pesquisador compreender a conjuntura do sujeito da pesquisa, a partir das suas falas, apresentadas nos questionamentos. Nessa perspectiva a realização da entrevista procedeu-se a partir de convite em aplicativo digital (*Whatsapp*), o qual agrega os assistentes sociais da educação do município de João Pessoa. O grupo conta com 57 profissionais, na ocasião disponibilizamos o *link* da entrevista que redirecionava os participantes para o roteiro de questões disponível na plataforma *Google docs*. Salientamos que os termos e as definições da pesquisa estão consubstanciados conforme a Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 510 de 2016, seguindo as orientações éticas em pesquisa com seres humanos. Tivemos como retorno as respostas de 6 sujeitos do total de 57 participantes do grupo. Mesmo diante de baixa representatividade na pesquisa, não podemos desconsiderar os resultados obtidos.

A entrevista concentrou-se em três perguntas: Como você avalia a formação continuada ofertada pelo município de João Pessoa? Quais os desafios que se apresentam para a profissão no seio escolar? Como você tem buscado atualizar-se para além da formação permanente realizada pela prefeitura? O referido instrumento foi aplicado entre os meses de novembro e dezembro de 2018. E para a apresentação dos referidos dados utilizar-se-á sobrenomes de autoras da área de conhecimento do Serviço Social, as

quais contribuem para a consistência dos conhecimentos acerca dos aspectos teóricos e metodológicos da formação dos assistentes sociais.

Para a análise das respostas utilizou-se a dinâmica da investigação de conteúdo de Bardin (2011), o qual tem como objetivo entender o fenômeno em suas diversas naturezas: social, econômica e histórica e não a mera descrição das situações. Inicialmente, realizou-se a pré-análise com a finalidade de organizar o material; logo após fizemos a exploração do material, com intuito de descrevê-lo de maneira analítica e, por fim, realizamos a interpretação a partir de nossas observações, vivências, leituras e das falas dos sujeitos da pesquisa.

ASSISTENTE SOCIAL NA ESCOLA: FORMAÇÃO CONTINUADA, UM CAMINHO NECESSÁRIO

Para o delineamento da discussão da temática a formação profissional do assistente social no campo escolar, definimos a escola como campo multifacetado das expressões da questão social, na qual alunos e alunas, ao mesmo tempo em que trazem suas histórias e demandas, constroem conhecimentos e desenvolvem saberes.

Nesse sentido, ressalta-se a atuação do assistente social como profissional da educação que exerce suas atribuições com a finalidade de atender às necessidades que se apresentam nas dimensões social, familiar e cultural. Salientamos como desafios questões que perpassam a comunidade escolar: exploração sexual, trabalho infantil, violência doméstica, desnutrição, abandono, negligência, drogadição, indisciplina, evasão, infrequência, abuso sexual, *bullying*, entre outros. Diante desse contexto de expressões da questão social tão dinâmico, emerge a necessidade de o assistente social estar sempre atualizado e em permanente formação, uma vez que a realidade está em movimento e cada problemática apresenta facetas diferentes que, por conseguinte, demandam do assistente social conhecimentos específicos do saber fazer.

O contexto das diversidades culturais e sociais exige que o assistente social seja o mediador da socialização das informações que viabilizem direitos, na parceria família e escola, na realização de oficinas, rodas de conversa, escuta, visitas domiciliares, estudos socioeconômicos e encaminhamentos que trabalhem com estudantes seus direitos e deveres como cidadãos, além do incentivo e da efetivação de assembleias escolares e órgãos colegiados, da realização de seminários, encontros e palestras que atendam às necessidades da comunidade escolar (FRACASSI, 2017).

Para Dias, Santana e Santos (2015), a atuação do assistente social escolar está voltada para a emancipação social e política dos sujeitos, com o objetivo de construir e socializar conhecimentos que auxiliam na formação de cidadãos mais conscientes, ativos, autônomos e responsáveis na sociedade. Sendo assim, o profissional possui a capacidade de atuar diante das diversas expressões da questão social que envolvem o cotidiano escolar, capacitado para realizar uma leitura crítica da realidade e a intervir diante da conjuntura em que está inserido.

Vale salientar que o trabalho materializado por assistentes sociais não se confunde com o dos professores, uma vez que a dimensão socioeducativa de suas ações e contribuições tem se voltado a fortalecer as redes de sociabilidade, ao acesso aos serviços

sociais, ao reconhecimento e à viabilização dos direitos sociais e humanos. No tocante à inscrição destes profissionais na organização do trabalho coletivo que não tem se sobreposto ao de nenhum outro educador, a interface entre a política educacional e outras políticas públicas tem, historicamente, movido o reconhecimento da carência de uma atuação teórica e tecnicamente diferenciada daquelas exercidas pelos professores e profissionais da educação de um modo geral (SANTOS, 2012).

A sociedade é complexa, as expressões de desigualdades sociais envolvem várias demandas, assim, uma das possibilidades é a atuação interdisciplinar dos profissionais da educação e a articulação com outras políticas e órgãos, a fim de formar uma rede de proteção para as crianças e adolescentes, como também para as famílias que compõem a comunidade escolar.

Diante desse contexto, enfatizamos a importância da formação continuada dos profissionais que estão na educação, sobretudo dos assistentes sociais cuja atuação é na escola. O profissional que não acompanha as mudanças que ocorrem nas legislações e na própria sociedade está fadado a burocratizar sua prática e, conseqüentemente, a não apresentar respostas ao seu público-alvo, como afirmam Camargo, Lopes e Oliveira (2013) ao considerarem que a formação permanente é uma ferramenta do projeto ético-político, que consiste em relacionar as unidades teoria e prática no fazer profissional.

O desafio de estar em constante formação não é fácil, faz-se necessário refletir, analisar e buscar novos saberes, o que não se reduz apenas à participação em cursos pontuais ou a receitas de como fazer, como algo que se limita à obtenção de um arsenal de técnicas.

O QUE PENSAM OS ASSISTENTES SOCIAIS SOBRE A FORMAÇÃO

Neste tópico traremos as respostas concedidas por seis assistentes sociais que integram a rede municipal, a fim de que possamos ouvir os sujeitos e a partir das suas falas, tecer considerações.

A experiência como assistente social na área escolar conduziu à hipótese de que a formação dos profissionais – professores, gestores, orientadores, supervisores, psicólogos e assistentes sociais – não atenta para as atribuições privativas de cada profissional que faz parte da escola. O profissional se vê condicionado a realizar a formação continuada, pois esta constitui um requisito para o recebimento da bonificação do Prêmio Escola Nota 10, sendo esta uma das motivações sob risco de penalização, uma vez que profissionais que não fizeram o curso deixam de pontuar no prêmio, acarretando uma diminuição no valor a ser recebido não somente pra si, como para todos os educadores que compõem a escola. Dessa forma, o processo de formação continuada torna-se um exercício burocrático. Nesse sentido, os sujeitos respondentes à entrevista possuem o seguinte perfil profissional e assim serão denominados.

Quadro 1 – Perfil profissional dos respondentes da entrevista

Fávero	servidora efetiva, 8 anos atuando na política educacional
Guerra	servidora efetiva, 18 anos atuando na política educacional
Barroco	servidora efetiva, 22 anos atuando na política educacional
Sposati	servidora efetiva, 7 anos atuando na política educacional
Mioto	servidora efetiva, 10 anos de atuação na política educacional
Boschetti	servidora efetiva, 4 anos atuando na política educacional

Fonte: Fonte primária a partir das respostas obtidas em entrevistas.

Isso posto, buscou-se reconhecer mais elementos a respeito da formação continuada dos assistentes sociais inseridos no espaço escolar, no sentido de buscar compreender como se processa e qual a percepção acerca da formação continuada que recebem. A primeira categoria neste construto teórico foi a “percepção dos assistentes sociais da formação continuada proposta pela prefeitura”, por meio da qual pudemos refletir sobre a satisfação dos profissionais em participar da formação, se suas expectativas foram atendidas e o que se apresenta como problemática.

Quadro 2 – Percepção dos assistentes sociais sobre a formação continuada e caracterização dos sujeitos de pesquisa

Fávero	Insatisfatório
Guerra	Não atende às necessidades de nossa intervenção, é bastante acrítica e pragmática.
Barroco	Péssima
Sposati	Deixa a desejar nos conteúdos abordados. Não é específico para nossa categoria
Mioto	Depende da formação ofertada. Mas acho que deveria contemplar a prática e a intervenção do profissional junto a equipe pedagógica. Deveria haver parceria com as universidades públicas para formação em educação.
Boschetti	Insuficiente, não relaciona teoria e a prática, não atende à especificidade do profissional.

Fonte: Fonte primária a partir das respostas obtidas em entrevistas.

Conforme as falas, podemos afirmar que em sua totalidade os assistentes sociais respondentes não consideram a formação ofertada pela prefeitura significativa para seu aperfeiçoamento, expressam a falta de especificidade na profissão, uma vez que a formação oferecida destina-se a profissionais de diversas áreas do conhecimento, da psicologia, da pedagogia e do serviço social. Tal fato, em si, não se configura como negativo ao se considerar a dimensão do trabalho interdisciplinar, todavia a didática abrangendo os conteúdos de cada especialidade não é concretizada e os profissionais apresentam a falta de contextualização da realidade vivida ao discurso apregoadado. Uma proposta é dita pela participante “Mioto 5”: a parceria com as universidades públicas, a fim de que estas promovessem formação continuada aos profissionais, o que sem dúvida favoreceria uma troca de saberes e aproximação da relação teoria e prática. Outra questão sinalizada diz respeito à verticalização das formações ofertadas pela prefeitura,

pois não ocorre a escuta dos integrantes, os quais veem a importância de se integrarem à escolha das temáticas da formação, o que proporcionaria um aperfeiçoamento da formação dos assistentes sociais.

A política de formação continuada constitui-se um instrumento político, uma vez que este é um momento de reflexão sobre a realidade, em que se busca relacioná-la à atuação profissional. Para o profissional intervir com competência é necessário refletir sobre a realidade na qual se encontra inserido, suas características, complexidades, relações e contradições, o que exige o domínio das dimensões técnica, humana e político-social. Nesses termos, a prática da formação é revestida de um instrumental ideológico, visto que uma reflexão acerca da prática solicita uma análise teórico-crítica sobre si e o contexto (NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2016).

Para Boschetti (2008), a avaliação fundamenta-se na perspectiva de determinar a valia ou o valor de algo, implica apreciar, estimar a grandeza, estabelecer uma relação entre causalidade e o seu resultado, tendo como norte os objetivos, a intenção e o desempenho.

A segunda categoria de análise foi “os desafios do assistente social no âmbito escolar”. Quando pensamos em formação continuada, devemos atentar para as problemáticas que atravessam a prática dos trabalhadores, para que então possamos ver os temas que são mais recorrentes e que precisam ser discutidos, a fim de que se obtenha melhorias no exercício profissional. Vejamos as respostas a seguir:

Quadro 3 – Desafios do assistente social na área escolar

Fávero	Rede de apoio e proteção fragilizada.
Guerra	São de diversas ordens: condições de trabalho, efetivação das políticas públicas, condições de elevada vulnerabilidade das famílias e sua ausência na escola, bem como limitações de alguns professores para lidar com questões atuais da sociedade.
Barroco	Garantir ao usuário o direito pleno à política da educação.
Sposati	Falta de estrutura física nas escolas (não temos uma sala); gestoras que não entendem o que significa de fato gestão democrática; falta de logística para atender casos específicos, tipo suporte para visita domiciliar, participação em eventos que devemos levar crianças, pagamos despesas com nossos recursos, entre outros.
Mioto	Acho que a questão do serviço social escolar como profissão e a legitimidade do objeto de intervenção.
Boschetti	A falta da equipe completa de especialistas e falta de apoio das famílias.

Fonte: Fonte primária a partir das respostas obtidas em entrevistas.

De acordo com as participantes da pesquisa, vemos que os principais desafios encontram-se relacionados às más condições de trabalho, no que diz respeito à falta de ambiente adequado para atendimento das famílias e dos educandos; à falta de telefone nas escolas do município, o que leva os profissionais a utilizarem o próprio telefone móvel; à carência de veículo para realização de visitas, além da fragilidade da rede de apoio, uma vez que tanto as problemáticas sociais como as educacionais são intersetoriais e necessitam da interface das políticas públicas para sua resolução ou intervenção. As contradições fazem parte do exercício profissional, vale ressaltar que precisamos

pensar possibilidades diante das problemáticas exposta e essas possibilidades não surgem de uma forma vertical, mas nascem no coletivo, com os sujeitos que fazem parte de cada comunidade escolar, a partir do diagnóstico feito, criando estratégias que possibilitem mudanças, uma vez que a perspectiva que nos orienta compreende o sujeito como ser histórico e ativo na sociedade.

Sendo assim, a luta pela qualificação continuada, por espaços coletivos de reflexão sobre o trabalho desenvolvido, pela análise das concepções que orientam as práticas e os efeitos por elas produzidos nas condições de vida dos usuários é parte da luta em prol de melhoria das relações de trabalho e direito da população de acesso a serviços sociais de qualidade. Quanto mais qualificados os profissionais, menos sujeitos à manipulação e mais atentos à melhoria das condições de trabalho e ao fortalecimento do compromisso do serviço social na construção de sociedade emancipada (RAICHELIS, 2011).

A última categoria deste estudo diz respeito à “formação permanente”, como as assistentes sociais têm buscado o aperfeiçoamento para além do que é ofertado pelo município. Seguem os discursos:

Quadro 4 – Formação permanente dos assistentes sociais

Fávero	Leituras paralelas, seminários, etc.
Guerra	Participação em PPGSS como aluna especial, bem como leituras, participação em eventos acadêmicos e de movimentos. E acompanho o jornalismo alternativo anti-imperialista.
Barroco	Leituras, <i>sites</i> e troca de experiências com colegas.
Sposati	Leio, participo de minicursos, oficinas, etc.
Mioto	A teoria da prática ajuda muito, mas acho que todo profissional que trabalha no apoio pedagógico deveria ter acesso a um Mestrado em educação.
Boschetti	Fiz algumas especializações e também o Mestrado a fim de melhorar minha atuação.

Fonte: Fonte primária a partir das respostas obtidas em entrevistas.

A busca pelo aprimoramento intelectual é assinalada pelos sujeitos da pesquisa, apresentam a ideia de que a formação inicial não dá conta da dinamicidade das desigualdades sociais e econômicas, mostrando-se relevante para o exercício laboral a relação teoria e prática que perpassa todo o fazer profissional, a participação em eventos acadêmicos propicia a troca de saberes e novos conhecimentos em busca do fazer inovador e de garantia de direitos, bem como a busca por aprendizagens mais aprofundadas nas especializações e em outros cursos *stricto sensu*. Todo profissional é responsável pelo seu aprimoramento e pela procura de conhecimentos que propiciem a efetivação de direitos. Desse modo, ressaltamos que o fazer em serviço social está totalmente ligado a pensar e refletir das práticas que empoderem os sujeitos, que garantam direitos e que resistam aos ditames da contrarreforma neoliberal.

Yasbek (2009) salienta que a intervenção do assistente social enfrenta a necessidade de inovação e mudança, posto que as transformações que ocorrem nas relações sociais peculiarizam o desenvolvimento do capitalismo no país. Assim, à medida que

novas demandas surgem para a profissão, ocorrem novas exigências e o serviço social é obrigado a se atualizar, repensando e tecendo estratégias e procedimentos, adequando-se a novas demandas e requisições do mercado de trabalho.

A realidade não é algo estático, mas ela se move e apresenta novas nuances que precisam ser acompanhadas pelo aprimoramento formativo. Esse movimento da sociedade implica diferentes formas de atuação, em que não se pode perder de vista o objeto da profissão, que diz respeito às expressões da questão social, seja na saúde, prevenção, assistência social, ou como nesse trabalho na educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho buscou analisar a formação continuada dos assistentes sociais que estão envolvidos com a prática escolar da política educacional municipal. Avaliamos que a formação permanente desses profissionais necessita de um redimensionamento no âmbito municipal, a fim de que atenda à necessidade dos profissionais em busca de melhorias no exercício da profissão. Sabemos que quanto mais qualificados os profissionais estiverem, menos eles estarão alheios às transformações que ocorrem na sociedade capitalista, orientando os usuários em busca de uma sociedade mais justa e igualitária.

Os desafios no seio escolar perpassam por uma natureza micro de relação família e escola, a condições de trabalho que apontam para a precarização como falta de telefone para fazer contatos com a comunidade escolar, como também de natureza macro, como garantir o pleno direito à educação.

Ressaltamos a importância das dimensões que compõem a formação inicial dos assistentes sociais, a saber: ético-política, teórico-formativa e prática, as quais devem ser aperfeiçoadas no cotidiano dos assistentes sociais com práticas inovadoras e que atendam à classe dos que vivem do trabalho. A formação continuada ocorre ao longo do trajeto de atuação desse profissional e não pode ser vista como algo desnecessário, mas como algo que aprimora e melhora sua prática.

Avaliamos que a formação permanente desses profissionais necessita de um redimensionamento no âmbito municipal, a fim de que atenda à necessidade dos profissionais em busca de melhorias no exercício da profissão. Ressaltamos a importância das dimensões que compõem a formação inicial dos assistentes sociais, a saber: ético-política, teórico-formativa e prática, as quais devem ser aperfeiçoadas no cotidiano dos assistentes sociais com práticas inovadoras.

Este estudo coloca-se aberto ao diálogo com novos assuntos e conexões no campo do Serviço Social na educação, enfatizando a necessidade de mais análises no campo da formação continuada dos assistentes sociais, com o intuito de que possamos a cada dia aprimorar saberes e construir práticas inovadoras, visando à autonomia dos sujeitos e à viabilização de direitos.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Marli; SIMÕES, Regina H. S.; CARVALHO, Janete M.; BRZEZINSKI, Iria. Estado da arte da formação de professores no Brasil. *Educ. Soc.* [on-line], v. 20, n. 68, p. 301-309, 1999.
- BARDIN, Laurence. *Análise do conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.

BOSCHETTI, I. S. *Seguridade e os dilemas da construção histórica das políticas sociais no país e no mundo*. SEMINÁRIO ANUAL DE SERVIÇO SOCIAL: SERVIÇO SOCIAL, SEGURIDADE E TRABALHO, 1., maio 2008.

BRASIL. *Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 5 nov. 2017.

BRASIL. Presidência da República. *Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying)*. Brasília: Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13185.htm. Acesso em: 2 maio 2016.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNC_C_20dez_site.pdf. Acesso em: 22 dez. 2017.

BRASIL. *Código de ética do/a assistente social*. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 9. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011. Disponível em: http://www.cresses.org.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=69&Itemid=78>. Acesso em: 16 out. 2014.

CAMARGO, Maria Angelina; LOPES, Elaine Sardinha; OLIVEIRA, Aline de Jesus. Formação continuada: estratégia de fortalecimento do Projeto Ético Político do Serviço Social. SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 3., 2013. Belo Horizonte, MG. 7 a 9 jun. 2013. Disponível em: https://www.cress-mg.org.br/arquivos/simposio/FORMA%C3%87%C3%83O%20CONTINUADA_%20ESTRAT%C3%89GIA%20DE%20FORTALECIMENTO%20DO%20PROJETO%20%C3%89TICO-POL%C3%8DTICO%20DO%20SERVI%C3%87O%20SOCIAL.pdf> Acesso em: 2 de nov. 2019.

DIAS, Valdete Guadalupe Marques; SANTANA, Vivian Santos; SANTOS, Jeruzia Silva dos. *Importância do assistente social na política de educação: realidade de município da Bahia*. SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL. UFSC, 27 a 29 out. 2015. Disponível em: https://pdfs.semanticscholar.org/a55e/f028294f8a0765982fd6402969c86ee07e73.pdf?_ga=2.89719250.874230339.1598535618-277566985.1598535618. Acesso em: 27 ago. 2020.

FRACASSI, Jane. A importância do assistente social no contexto escolar. *Revista de Estudos Pedagógicos do Cariri*, [S.l.], v. 1, n. 2, p. 16-49, mar. 2017. ISSN 2526-3684. Disponível em: <https://portalee.com.br/index.php/REPC/article/view/16>. Acesso em: 27 ago. 2020.

FÉRRIZ, Adriana Freire Pereira; SILVA, B. S. *As Condições de trabalho dos assistentes sociais na educação básica em Salvador (BA)*. Impactos das tecnologias nas Ciências Sociais Aplicadas. 1. ed. Ponta Grossa: Editora Atenas, 2018. p. 37-51. V. único.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

GAMBOA, Sívio Sánchez. *Pesquisa em educação: métodos e epistemologias*. Chapecó: Argos, 2007.

GATTI, Bernardete A. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil na última década. *Rev. Bras. Educ. [on-line]*, v. 13, n. 37, p. 57-70, 2008.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GORZ, A. *Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica*. São Paulo: Annablume, 2003.

JOÃO PESSOA-PB. Lei Municipal que cria o Plano de Cargos e Carreira dos Profissionais da Educação nº 60 de 2010. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pb/j/joao-pessoa/lei-complementar/2010/6/60/lei-complementar-n-60-2010-dispoe-sobre-o-plano-de-cargos-carreira-e-remuneracao-dos-profissionais-da-educacao-do-municipio-de-joao-pessoa-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 7 maio 2020.

NASCIMENTO, Chrislayne Caroline dos Santos; OLIVEIRA, Carla Montefusco de. Educação permanente e serviço social: apontamentos sobre a formação profissional. *Revista Temporalis*, Brasília, DF, a. 16, n. 31, jan./jun. 2016.

PIANA, M. C. *A construção do perfil do assistente social no cenário educacional*. São Paulo: Editora Cultura Acadêmica; Unesp, 2009.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. *Serv. Soc. Soc. [on-line]*, n. 107, p. 420-437, 2011.

RAIMUNDO, J. A.; FAGUNDES, M. C. V. Estado da arte sobre a formação de professores entre 2001 e 2016: um olhar sobre a produção brasileira a partir do Portal de periódicos Capes/MEC. *Roteiro*, v. 43, n. 3, p. 891-918, 19 dez. 2018.

SANTOS, Rafael José dos. *A questão étnico-racial nas escolas: como o professor interpreta o material didático referente às questões raciais e como interpreta para os alunos*. 2012. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:gZCbZIErJlsJ:www.salesianos.br/wp-content/uploads/2013/12/a-questao-etnico-racial-nas-escolas.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 28 maio 2017.

SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (org.). *A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012. p. 15-39.

SILVA, Marcela Mary José da Silva (org.). *Serviço Social na educação: teoria e prática*. Campinas, SP: Papel Social, 2012.

YAZBEK, M. C. O significado sócio-histórico da profissão. In: CFESS/ABESS (org.). *Serviço social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS; Abepss, 2009.

YIN, Roberto K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3. ed. Tradução Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2015.

YIN, R. K. *Pesquisa qualitativa do início ao fim*. Porto Alegre: Penso, 2016.